



Comissão  
Europeia

# EUROPA, AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS:

a partilharem experiências no âmbito  
das políticas de desenvolvimento regional



Política  
Regional  
e Urbana

Bruxelas, 10 e 11 de junho de 2015





# **EUROPA, AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS:** a partilharem experiências no âmbito das políticas de desenvolvimento regional

Relatório apresentado por ocasião da Segunda Cimeira UE-CELAC  
«Construir o nosso futuro comum: trabalhar para criar sociedades  
prósperas, coesas e sustentáveis para os nossos cidadãos»

Europe Direct é um serviço que responde  
às suas perguntas sobre a União Europeia

Linha telefónica gratuita (\*):  
**00 800 6 7 8 9 10 11**

(\* As informações prestadas são gratuitas, tal como a maior parte das chamadas, embora alguns operadores, cabines telefónicas ou hotéis as possam cobrar.

União Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana  
Unidade de Comunicação  
Mrs Ana-Paula Laissy  
Avenue de Beaulieu 1 – 1160 Brussels – BELGIUM  
Email: [regio-publication@ec.europa.eu](mailto:regio-publication@ec.europa.eu)  
Internet: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm)

Editores: Ronald Hall; Ramon Lopez Sanchez

Mais informações sobre a União Europeia encontram-se disponíveis na rede Internet,  
via servidor Europa (<http://europa.eu>)

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2015

ISBN: 978-92-79-48225-0 (print)  
ISBN: 978-92-79-48222-9 (online)  
doi 10.2776/427574 (print)  
doi 10.2776/890424 (online)

© União Europeia, 2015  
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

Fotografias (Páginas):  
Page 9: ©Purestock  
Page 10: ©iStock  
Page 12: ©iStock  
Page 13: ©iStock  
Page 15: ©Dimitry Saparov

*Impresso no Luxemburgo*

# Índice

1. INTRODUÇÃO.....	p.7
2. DIÁLOGO SOBRE POLÍTICA REGIONAL COM O BRASIL.....	p.8
3. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO REGIONAL NO CHILE.....	p.10
<i>Sistemas de inovação regional transfronteiriços:</i> .....	p.11
4. CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE INOVAÇÃO REGIONAL NO PERU.....	p.13
5. PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA AMÉRICA LATINA.....	p.15
<i>Exemplos de ações UE-AM na cooperação transfronteiriça</i> .....	p.15
<i>UE-Argentina-Brasil-Uruguai</i> .....	p.15
<i>Programas transfronteiriços e transnacionais da UE na América Latina e nas Caraíbas</i> .....	p.16
<i>UE-Brasil-Peru</i> .....	p.17
<i>América Central</i> .....	p.17
<i>Experiências gerais</i> .....	p.18
6. OUTROS PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS.....	p.20
<i>Cooperação UE-AM em matéria de desenvolvimento urbano sustentável</i> .....	p.20
<i>Colaboração com o Programa Regional para a Coesão Social (EUROsociAL)</i> .....	p.20



*«Na União Europeia, atribuímos uma grande importância à dimensão territorial do desenvolvimento económico e da política de desenvolvimento económico. Isto é claramente partilhado pelos nossos parceiros na América Latina e reflete-se na inclusão do assunto como um dos pontos da agenda da Cimeira UE-CELAC de Bruxelas, em junho de 2015. Aguardo com expectativa a próxima fase da nossa cooperação em assuntos de política territorial, tirando partido dos intercâmbios bem-sucedidos dos últimos anos em matérias fundamentais, como o desenvolvimento sustentável aos níveis regional e urbano, os sistemas de inovação e a cooperação transfronteiriça.»*

**Corina Crețu,**  
*Commissioner for Regional Policy*

# 1. INTRODUÇÃO



Nos últimos anos, tornou-se particularmente importante para os países da América Latina compreender os objetivos e os métodos da política regional europeia. Este conhecimento permite-lhes desenvolver e implementar políticas destinadas a promover um padrão de desenvolvimento económico mais equilibrado e, desta forma, aumentar a competitividade nacional e os níveis de emprego, bem como reforçar a cooperação transfronteiriça. A criação, com o apoio da UE, de uma Red Latinoamericana de Políticas Públicas de Desarrollo Regional (Rede Latino-americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional), que reúne 17 países com vista a facilitar o intercâmbio de experiências e boas práticas, é um reflexo da importância deste domínio no continente sul-americano. No contexto da relação mais ampla entre a Europa e a América Latina, o tema da cimeira de junho de 2015 entre a UE e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) é «Construir o nosso futuro comum: trabalhar para criar sociedades prósperas, coesas e sustentáveis para os nossos cidadãos», que, como o título sugere, incidirá fortemente sobre o desenvolvimento territorial.

Em 2006, a DG REGIO, em representação da União Europeia, iniciou a implementação de um programa de cooperação com países emergentes apoiado, em grande parte, pelo Parlamento Europeu desde 2009. Através do diálogo e do intercâmbio de boas práticas, esta iniciativa colocou 25 anos de experiência europeia à disposição de países de todo o mundo. No centro desta cooperação está o interesse vindo de fora da UE no modelo europeu de desenvolvimento regional, um modelo assente no mercado, com regras rígidas para preservar a concorrência

e promover os contratos públicos abertos, e que respeita princípios essenciais como a boa governação, a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento sustentável e uma ampla participação na conceção e na execução de ações de desenvolvimento.

Os diálogos envolvem cada vez mais as cidades e as regiões dos dois lados do Atlântico em forma de cooperação descentralizada, reunindo a melhor experiência internacional. Deste modo, os diálogos são uma oportunidade de trabalho em rede para os agentes a nível regional e contribuem para a criação de novas relações comerciais e empresariais.

Para os países da América Latina, o interesse nesta cooperação deve-se, em grande parte, à possibilidade de, através da política regional, dar um novo impulso às suas políticas e ações com vista a reduzir as vastas disparidades de receitas internas e, ao mesmo tempo, fazer face a desafios específicos, como sistemas de governação multiníveis ineficientes, a urbanização não sustentável, o relativo subdesenvolvimento de várias áreas fronteiriças e rurais e a experiência europeia no desenvolvimento territorial em situações pós-conflito (Colômbia).

À luz da necessidade de promover novas oportunidades em setores de valor acrescentado e, desta forma, reduzir a tradicional dependência dos produtos de base e das indústrias extrativas, estes países demonstram um interesse especial em compreender melhor as ideias europeias no domínio dos sistemas de inovação regional.

## 2. DIÁLOGO SOBRE POLÍTICA REGIONAL COM O BRASIL



O Brasil, um país com quase duas vezes o tamanho geográfico da UE e com 200 milhões de habitantes, artilha com a UE o objetivo político da redução das disparidades regionais, uma meta prevista no Artigo 3.º da Constituição Federal Brasileira e semelhante às disposições do Artigo 174.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

No dia 29 de novembro de 2007, o Ministério brasileiro da Integração Nacional (MIN) e a Comissão Europeia assinaram um acordo de cooperação para o estabelecimento de um diálogo estruturado sobre a política regional, para promover o intercâmbio de informações e de melhores práticas. Esta é a parceira mais longa estabelecida com base na política regional entre a UE e um país da América Latina. Esta relação tem sido particularmente intensa ao longo dos anos e, desde 2007, têm sido implementados programas de trabalho anuais sucessivos relativamente a áreas de interesse mútuo. Do lado brasileiro, a cooperação tem-se centrado, principalmente, na conceção da política regional de nova geração – a segunda Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II). A base desta nova geração de política regional emergiu da Primeira Conferência Nacional sobre Desenvolvimento Regional, de caráter geral, organizada pelo MIN em março de 2013, e que resultou num conjunto de princípios e diretrizes acordados pelo governo e pela sociedade em geral, proporcionando a base da Lei provisória

enviada para a Presidência para aprovação. Ao ser aprovado pelo Congresso Nacional, o quadro legislativo da PNDR torna-se uma política estatal, facilitando em muito a coordenação face a outras políticas do governo federais e estatais.

No âmbito da parceira Brasil-UE, a **criação de capacidades** nos diferentes níveis de administração tem sido uma prioridade especial do lado brasileiro, com peritos do Ministério da Integração Nacional, funcionários de outras agências federais brasileiras com interesse nas políticas regionais e territoriais e partes interessadas locais e regionais, incluindo representantes de municípios, estados, universidades e setores privados, a participar em vários workshops técnicos sobre temas relacionados com a gestão de programas regionais da UE

A cooperação promoveu **intercâmbios de melhores práticas e a partilha de experiências** em ambos os lados. Os agentes regionais brasileiros tiveram a oportunidade de ver programas da UE em ação em diferentes regiões da UE, como França, Itália, Portugal, Espanha e Alemanha. Uma delegação brasileira, composta por nove «mesorregiões», pela região fronteira e pela região semiárida do Brasil, visitou zonas do programa regional da UE com vista a obter informações sobre a promoção do setor produtivo ao abrigo dos programas regionais da UE, bem como sobre o sistema de gestão combinada aplicável aos fundos de investimento europeus.

A **inovação**, que tem um papel fundamental e cada vez mais importante na política regional da UE, foi também importante na relação Brasil-UE, conforme refletido no estudo de ações plurinacional «Sistemas de Inovação Regional» que envolveu Santa Catarina (Brasil) e Córdoba (Argentina). O estudo forneceu uma visão geral detalhada dos aspetos económicos e institucionais relacionadas com a inovação, incluindo políticas públicas e partes interessadas nas regiões envolvidas.





A publicação foi além das descrições, analisando casos na Europa e sugerindo oportunidades de cooperação entre as partes interessadas regionais e a União Europeia.

O estudo foi imediatamente seguido de um projeto de cooperação entre Santa Catarina, Córdoba, Emilia-Romagna (Itália) e Baden-Württemberg (Alemanha), que se centrou em duas prioridades principais das regiões participantes: como permitir que as autoridades regionais estabeleçam uma governação

eficiente dos agentes envolvidos na inovação e como alargar o acesso das PME à inovação. O resultado traduziu-se em mais de latino-americano.

Na relação Brasil-UE, está a ser dada particular atenção à **política transfronteiriça** em que, até à data, a UE tem uma experiência de 25 anos. Têm sido realizadas várias ações envolvendo regiões fronteiriças brasileiras (consulte a secção abaixo relativa à cooperação transfronteiriça).

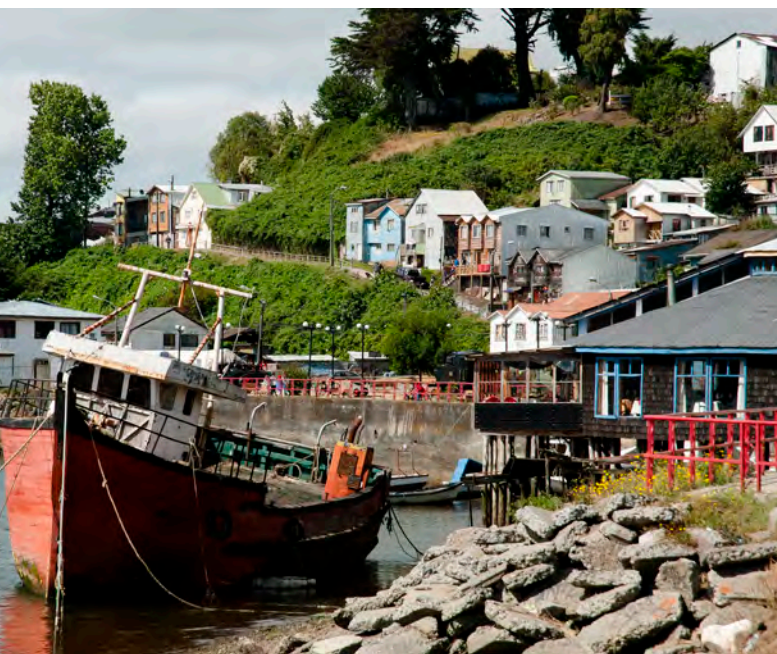


*«Desde 2007, o Ministério da Integração Nacional (MIN) e a Comissão Europeia, através da DG REGIO, têm mantido um diálogo estruturado com o objetivo de promover a compreensão mútua e a cooperação bilateral em matéria de políticas regionais. O resultado desta cooperação pode ser claramente observado na importante assistência técnica da UE às políticas regionais implementadas pelo Ministério, com vista à redução das disparidades socioeconómicas entre regiões e ao fortalecimento da coesão territorial neste país, conforme estabelecido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Brasil. O MIN está, portanto, profundamente empenhado em manter o diálogo sobre política regional entre a UE e o Brasil, especialmente agora que a PNDR entra numa segunda fase, através da aprovação antecipada no Congresso Nacional da lei para que se torne uma política estatal oficial.»*

**Gilberto Magalhães Occhi,**  
Ministro da Integração Nacional (BRASIL)



### 3. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO REGIONAL NO CHILE



A ambição de promover novas oportunidades em setores de valor acrescentado ao nível regional e reduzir a dependência do setor primário é particularmente forte no Chile, um país com quase 18 milhões de pessoas. Isto representa um novo um para o país que, tradicionalmente, tem sido relativamente centralizado. As regiões do Chile foram originalmente criadas em meados da década de 1970. Como resultado de um conjunto de decisões e reformas, o país tem agora 15 regiões, a maior das quais em termos de população é a Região Metropolitana de Santiago.

Cada uma possui um governo regional liderado pelo intendente regional, diretamente nomeado pela Presidente da República e à qual responde. Com exceção do Ministério do Interior, da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, os ministérios nacionais estão representados ao nível regional através das Secretarias Regionais que, em conjunto, formam uma entidade regional liderada pelo presidente da câmara. A administração da região está, por sua vez, sob alçada do Governo Regional, formado pelo intendente e pelo conselho regional.

O projeto «RED» (2011-2012), cofinanciado pela União Europeia, permitiu a sete das quinze regiões chilenas criar estratégias de inovação regional (EIR) baseadas numa metodologia europeia com o mesmo nome. Graças aos resultados positivos obtidos no âmbito deste projeto, a UE concedeu um apoio financeiro suplementar para a implementação das estratégias nas regiões em questão, inclusive para a criação de sistemas de monitorização. Além disso, em 2013, o governo do Chile tomou a decisão de alargar o projeto a outras quatro regiões, com financiamento integral através dos recursos nacionais.

Estas estratégias de inovação promoveram uma nova dinâmica, assente no consenso e na cooperação nas regiões do Chile, bem como no setor académico e empresarial e nas instituições públicas. Também reforçaram os conhecimentos profissionais nas regiões devido a programas de formação e educação intensivos. Por sua vez, o apoio europeu ajudou a reforçar a governação regional e foi reconhecido pelo seu importante contributo para o processo de descentralização regional em curso, uma grande prioridade para o governo nacional.

Ao enfrentar os problemas de inovação e competitividade, o Projeto RED abordou três assuntos principais interligados: criar capacidades regionais, incluir a inovação no processo de descentralização e encontrar respostas para os desafios da concorrência global.

No fim de 2012, ao abrigo do projeto, as sete estratégias de inovação regional iniciais foram aprovadas pelas comissões diretivas («Directorios») criadas em cada região, cada uma composta por representantes dos setores público e privado e, posteriormente, ao nível dos respetivos Conselhos Regionais no fim de 2013. A aprovação das estratégias, por sua vez, proporcionou a base de aprovação das prioridades de ação por cada Governo Regional, servindo como orientação para a utilização de fundos regionais de apoio à inovação («FIC-R»).

O projeto teve muitos resultados positivos. Em primeiro lugar, gerou uma mudança cultural nas regiões, o que resultou no reconhecimento da necessidade de um papel mais central da inovação na política de desenvolvimento regional. Em segundo lugar, a natureza sustentável do apoio da UE ao longo de vários anos realçou a natureza de longo prazo das ações neste campo, em caso de êxito, com claras implicações nas escolhas políticas relativas à atribuição de recursos públicos ao longo do tempo. Em terceiro lugar, o projeto promoveu a aquisição de novas ca-





pacidades executivas e administrativas e, dessa forma, ajudou os principais agentes regionais a desenvolver uma maior autoconfiança. Isto aplicou-se não apenas ao nível técnico, mas também ao nível dos representantes políticos regionais.

Em quarto lugar, o projeto abriu as regiões chilenas, em muitos casos pela primeira vez, a novas fontes (europeias) de conhecimento técnico, apresentando-as às autoridades regionais europeias que enfrentam precisamente os mesmos desafios. Ao abrigo do projeto RED, mais de 200 representantes técnicos e políticos das regiões chilenas realizaram visitas de estudo a regiões europeias, gerando também parcerias e novas oportunidades para os setores público e privado de ambos os lados. Entretanto, o projeto promoveu o contacto direto de mais de 30 peritos europeus com os seus homólogos no Chile, algo que ambas as partes esperam que continue muito para além do fim do projeto. Na realidade, os peritos europeus estão agora envolvidos na fase de implementação das novas estratégias de inovação regional no Chile. A UE tem agora muito maior visibilidade no Chile em comparação com o passado, tanto ao nível das instituições como dos setores público e privado.

## SISTEMAS DE INOVAÇÃO REGIONAL TRANS-FRONTEIRIÇOS:

### Chile-Peru

As novas capacidades obtidas ao abrigo do Projeto RED tiveram efeitos de contágio positivos noutros aspetos importantes da política de desenvolvimento económico chilena ao nível regional. Isto facilitou novas e importantes atividades na promoção de sistemas de inovação regional entre as fronteiras do Chile e

do Peru e na criação de uma nova parceria transfronteiriça para o desenvolvimento de setores como a agroindústria, o turismo e o abastecimento de água.

O projeto, implementado essencialmente durante o ano de 2014, representou uma ação piloto centrada no desenvolvimento de capacidades no campo da criação de estratégias de inovação transfronteiriças. Envolveu as regiões de fronteira de Tacna e Arica, com apoio das regiões de Biobío na região metropolitana de Santiago e da cidade de Lima. Abordou áreas de preocupação para ambos os países. Em primeiro lugar, respondeu às preocupações do governo do Peru quanto à melhoria das capacidades executivas e administrativas, ao nível regional e das agências nacionais relevantes, fortalecendo as instituições regionais no contexto dos esforços de promoção de uma maior descentralização da atividade económica. Em segundo lugar, o projeto procurou introduzir uma nova dinâmica nas relações transfronteiriças, numa área que, em 2014, tinha sido sujeita a uma decisão do Tribunal Internacional de Justiça que definiu a fronteira marítima.

O projeto permitiu também que a experiência recentemente adquirida ao abrigo do projeto RED no Chile fosse transferida para este novo contexto e se mantivesse o ímpeto favorável à inovação e à competitividade regionais em toda a região do Pacífico. Permitiu que as regiões chilenas, com participação anterior no projeto RED, contribuíssem diretamente para diferentes ações de formação e transmissão de conhecimentos organizadas no Peru pelas regiões do país e pelas agências nacionais.



O projeto resultou num acordo sobre uma estratégia de inovação comum para Tacna e Arica, definindo ações conjuntas para ultrapassar as desvantagens históricas da zona fronteiriça e explorar novas oportunidades e sinergias transfronteiriças. O envolvimento direto das instituições e agências centradas nas cidades principais em ambos os lados acrescentou conhecimentos e ímpeto ao processo, o que sucedeu também com as regiões europeias que contribuíram para o projeto.

*«O Chile, e em especial a região de Biobío, mantém estreitas relações com as regiões, instituições e países europeus e, nos anos mais recentes, este trabalho tem-se tornado bastante mais intenso através, por exemplo, da cooperação nas chamadas Estratégias de Inovação Regional. Esta cooperação contribuiu para a criação de uma nova dinâmica na nossa região, não apenas na definição de políticas de inovação, mas também na melhoria da utilização dos fundos regionais, fortalecendo as capacidades do Governo e das instituições regionais. Este é agora um elemento-chave no êxito dos esforços para promover uma maior descentralização regional que esta administração estabeleceu como uma prioridade.»*

**Rodrigo Díaz Wornier,**  
Intendente, região de Biobío (CHILE)

## 4. CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE INOVAÇÃO REGIONAL NO PERU



O Peru, um país com mais de 30 milhões de habitantes, tem 25 regiões sob a autoridade de governos regionais eleitos. As suas principais responsabilidades incluem a conceção e implementação de políticas em matéria de desenvolvimento regional, de acordo com a legislação nacional sobre descentralização (*Ley de Bases de la Descentralización y a la Ley Orgánica de Gobiernos Regionales*).

Apesar de recente (2013), a cooperação da UE com o Peru no domínio da política regional já produziu alguns resultados consideráveis. Para além do projeto transfronteiriço UE-Chile-Peru descrito na secção anterior, um projeto-chave no Peru consistiu no estudo piloto sobre inovação regional implementado em

2013-14, utilizando metodologia da UE. O projeto foi apoiado pelo Ministério das Relações Externas do Peru e envolveu as regiões de Cusco e Tacna.

Cusco ocupa 5,6 % do território nacional e está dividida em diferentes zonas que enfrentam diferentes desafios de desenvolvimento territorial: os altos Andes, dependentes da agricultura tradicional e com concentrações remotas de pobreza e exclusão social, a zona do vale interandino, com uma indústria turística em desenvolvimento, e a bacia do Amazonas, com abundantes recursos naturais subexplorados, incluindo em termos de energia e turismo. Tacna, na fronteira com o Chile, representa 1,25 % do território nacional e está dividida entre as zonas costeira e de montanha, com a atividade mineira e os serviços como principais setores produtivos.



O projeto de cooperação UE-Peru no domínio dos sistemas de inovação regional incluiu, de início, uma análise de âmbito, de forma a identificar os principais agentes envolvidos na inovação em ambas as regiões e, posteriormente, um trabalho conjunto destinado a avaliar a capacidade existente e o futuro potencial que seria particularmente útil na conceção e implementação de estratégias de inovação regional. Isto envolveu formação específica acerca da metodologia da estratégia de inovação regional da UE.



Em suma, o projeto proporcionou a organização de 8 seminários nacionais e regionais, 4 workshops especializados e uma conferência nacional, e envolveu um total de mais de 1200 representantes de organizações internacionais, instituições e agências nacionais, o governo regional, universidades, centros de investigação, câmaras de comércio, o setor empresarial, etc. A identificação de oportunidades para a cooperação do setor público-privado foi especialmente importante. O projeto permitiu a publicação de um manual pela Comissão Europeia e pela Universidade do Pacífico de Lima («Sistemas re-

gionales de innovación: lecciones de política») para utilização em ações futuras deste tipo nas regiões peruanas. De modo semelhante, um projeto de cooperação transfronteiriça entre a UE, o Peru e o Brasil tem vindo a criar projetos conjuntos na bacia brasileira e peruana do rio Amazonas, em especial no setor da aquacultura. Em resultado deste projeto, estão a ser definidas as medidas concretas necessárias para criar uma política pública mais eficaz na bacia do Amazonas de forma a permitir o desenvolvimento sustentável e competitivo do setor da aquacultura.



*«Relativamente ao esforço do Estado peruano para consolidar o seu crescimento económico, assim como o seu desenvolvimento sustentável e inclusivo, é de especial importância aproveitar a experiência e o conhecimento desenvolvido pela União Europeia, através da cooperação fornecida pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, que contribui para promover a melhoria da competitividade, especialmente no interior do país e nas regiões de fronteira.»*

**Ana María Sánchez Vargas de Ríos,**  
Ministra das Relações Exteriores (PERU)

## 5. PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA AMÉRICA LATINA

Na União Europeia, cerca de 40 % da população vive em zonas fronteiriças, ao longo de cerca de 40 fronteiras internas que incluem muitas barreiras topográficas, linguísticas e outras, com algumas marcas de uma história de sucessivas guerras. Inicialmente um aspeto algo secundário e pouco importante na política regional da UE, a cooperação transfronteiriça foi formalmente reconhecida como uma das (três) prioridades principais em 2006.

A cooperação transfronteiriça europeia faz parte integrante dos esforços da UE para promover a coesão territorial. Os programas ao abrigo deste tópico têm um papel fundamental no derubar das barreiras geográficas que impedem a livre circulação do trabalho, do capital e dos bens e serviços, as chamadas «quatro liberdades» que sustentam o mercado único europeu. A cooperação transfronteiriça baseia-se num método que começa pela criação de uma visão única partilhada por ambas as partes para o futuro da zona fronteiriça, conduzindo a uma estratégia comum de médio prazo que responde aos principais desafios e oportunidades e a um método de implementação baseado numa autoridade transfronteiriça única que, entre outras funções, seleciona os projetos prioritários por comum acordo.

Da mesma forma, a promoção da cooperação transfronteiriça é considerada uma parte importante dos esforços para promover a coesão no território da América Latina. Esta, à semelhança da UE, tem uma população de 500 milhões, desde a fronteira mexicana com os EUA, a norte, até à Terra do Fogo, na Argentina, a sul. Existem 41 000 quilómetros de fronteiras a separar os 18 países da América Latina. Existem também vários estudos importantes e outras fontes de informação sobre oportunidades, expectativas, interesses e desafios das regiões fronteiriças na América Latina, e isso tem representado um contributo importante para o diálogo.

Na América Latina não existe, obviamente, um equivalente institucional à União Europeia ao nível supranacional, embora existam organizações de integração compostas por estados, incluindo particularmente a Integração Centro-Americana (SICA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUR) e a Comunidade Andina (CAN). Estas organizações, entre outras funções, promovem a agenda da integração transfronteiriça. A cooperação transfronteiriça é também ativamente adotada entre países individuais numa base bilateral, envolvendo com frequência as autoridades regionais e locais o que, por sua vez, tem tido implicações nas discussões nacionais sobre reformas políticas e administrativas em matéria de descentralização.



Isto provou, portanto, ser um terreno fértil para a cooperação e intercâmbio de experiências entre a UE e a América Latina e, nos últimos anos, foram realizadas vários estudos orientados para a política, workshops, seminários e visitas de estudo (ver caixa) sobre o tema da cooperação transfronteiriça envolvendo os 9 principais países participantes da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

### Exemplos de ações UE-AM na cooperação transfronteiriça

#### UE-ARGENTINA-BRASIL-URUGUAI

A primeira ação de cooperação neste domínio foi um estudo que conduziu à seleção de um subgrupo com áreas de cooperação transfronteiriça consideradas dinâmicas na América Latina. Este estudo identificou várias áreas de cooperação transfronteiriça antes de se centrar em duas: a área fronteiriça tripla entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai e a área fronteiriça bilateral entre o Brasil e o Uruguai.

O estudo começou com uma análise SWOT relativa à situação socioeconómica, divisões territoriais, desafios e oportunidades e fatores internos e externos que impediam ou ajudavam à cooperação transfronteiriça. O resultado foi a criação de um plano de ação e de um guia, incluindo a identificação de projetos fundamentais específicos. O estudo fez também sugestões relativas à aplicação das recomendações a outras

# Programas transfronteiriços e transnacionais da UE na América Latina e nas Caraíbas



Há vários anos que as regiões da UE próximas da América Latina e das Caraíbas usufruem de uma estreita cooperação, incluindo, particularmente, ao abrigo da política regional da UE e, especificamente, dos programas amazónico e caribenho. A geração de 2007-2013 destes programas está a aproximar-se da conclusão e tem produzido diversos resultados em domínios fundamentais de desenvolvimento nas áreas abrangidas.

Com base nesta experiência, está a ser iniciada uma nova geração de programas de cooperação, ou programas «INTERREG», para o período 2014-2020.

O primeiro é o **PROGRAMA DA AMAZÓNIA** que inclui a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana, bem como os estados brasileiros de Amapá, Pará e Amazonas. O orçamento total do programa é de quase 28 milhões de euros, dos quais cerca de 19 milhões de euros proveem do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (68 %). O programa possui duas dimensões principais: um programa transfronteiriço, envolvendo a Guiana Francesa, o Suriname e Amapá (14,1 milhões de euros do FEDER), e uma dimensão de cooperação transnacional mais abrangente, envolvendo a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa, Amapá, Pará e Amazonas (4,8 milhões de euros do FEDER). O programa irá apoiar ações no domínio dos transportes, proteção e valorização da biodiversidade, problemas sociais e de saúde e desen-

volvimento económico e comércio.

O segundo é o **PROGRAMA DAS CARAÍBAS** que inclui as regiões francesas de Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa e São Martinho, bem como 40 países e territórios adicionais da ACS, norte do Brasil, Porto Rico e todos os Territórios Ultramarinos das Caraíbas pertencentes ao Reino Unido e aos Países Baixos, para além de São Bartolomeu. O orçamento total é de 85,7 milhões de euros, dos quais 64,3 milhões proveem do FEDER (75 %). O programa possui duas dimensões: uma dimensão de cooperação transfronteiriça, envolvendo em primeiro lugar Martinica e Guadalupe e, em segundo lugar e separadamente, a Organização dos Estados das Caraíbas Orientais, com recursos financeiros de 41,1 milhões de euros, e uma dimensão transnacional, envolvendo as quatro regiões francesas das Antilhas-Guiana e os 40 países referidos acima, com 23,2 milhões de euros do FEDER. O programa irá apoiar ações nos domínios da competitividade empresarial, reação a desastres naturais, proteção e desenvolvimento do ambiente cultural e natural, problemas de saúde pública partilhados, energias renováveis nas Caraíbas orientais e desenvolvimento do capital humano.

O terceiro é o programa **TRANSFRONTEIRIÇO TOTALMENTE NOVO DESTINADO A SÃO MARTINHO**. O orçamento para este programa é de um total de 12 milhões de euros, dos quais 10 milhões proveem do FEDER. O programa irá apoiar ações nos domínios da prevenção de desastres naturais e proteção ambiental. Inclui planos para um projeto em São Martinho para purificação da água que irá combinar fluxos de financiamento do FEDER e do Fundo de Desenvolvimento Europeu.

De destacar que, para os três programas, os recursos da UE estão disponíveis para investimentos fora das regiões da UE envolvidas, o que, para 2014-2020, constitui um recorde de até 30 % do FEDER disponível. Isto equivale a 5,6 milhões de euros no programa da Amazónia, a 19,3 milhões de euros no programa das Caraíbas e a 3 milhões de euros no programa de São Martinho.



áreas fronteiriças da América Latina. A título de exemplo, os projetos identificaram diferentes setores fundamentais para o desenvolvimento territorial em áreas transfronteiriças, como: o **turismo** (desenvolvimento da rota turística transfronteiriça conhecida como Reduccionces Jesuíticas, com base nas rotas nacionais existentes no Paraguai e na Argentina; rotas turísticas transfronteiriças no Brasil-Bolívia, com acompanhamento de uma estrutura administrativa conjunta para desenvolver e definir oportunidades de mercado globais de produtos locais e de turismo para a zona transfronteiriça); **gestão fluvial** (apoio à Comissão Conjunta para o rio Paraná, envolvendo a Argentina e o Paraguai, com o objetivo de aprofundar a cooperação política e estratégica existente e envolver parceiros das comunidades fluviais, bem como outras partes interessadas ao longo do rio Paraná); **desenvolvimento das cidades de fronteira** (cobertura da fronteira entre o Brasil e o Uruguai através de uma metodologia de geminação, de forma a melhorar a conectividade e promover novas atividades económicas de pequena escala na economia fronteiriça); e **cooperação transnacional (multilateral)** (no triângulo do Rio da Prata, envolvendo as regiões fronteiriças da Argentina, Brasil e Uruguai, para ajudar a que se torne uma área piloto na cooperação transnacional e transfronteiriça. Isto envolve o desenvolvimento da Región Metropolitana de la Plata, o centro de uma rede de cidades de média dimensão, comunidades rurais e centros regionais baseados em parcerias urbano-rurais).

### UE-BRASIL-PERU

Um projeto de conceção semelhante, envolvendo sistemas de inovação regional e metodologias transfronteiriças, englobou as regiões de Loreto e San Martín, no Peru, e o estado do Amazonas, no Brasil.

Através da cooperação, a aquacultura e a cadeia de valor relacionada podem atingir economias de escala relativamente ao fornecimento de formação, investimento na mais recente tecnologia e distribuição na cadeia de «frio» e nos mercados internacionais, para acesso aos mercados globais. Uma dimensão adicional favorável à cooperação consiste em assegurar que, através de gestão conjunta, ambos os lados da fronteira possam garantir o respeito pela sustentabilidade

Através da cooperação, a aquacultura e a cadeia de valor relacionada podem atingir economias de escala relativamente ao fornecimento de formação, investimento na mais recente tecnologia e distribuição na cadeia de «frio» e nos mercados internacionais, para acesso aos mercados globais. Uma dimensão adicional favorável à cooperação consiste em assegurar que, através de gestão conjunta, ambos os lados da fronteira possam garantir o respeito pela sustentabilidade ambiental neste



sensível ecossistema da Amazônia, algo que também tem um significado global. O estudo envolveu intercâmbios intensos entre as regiões diretamente envolvidas no Brasil e no Peru, bem como visitas de trabalho a várias regiões europeias e à Assembleia das Regiões Fronteiriças Europeias.

O resultado principal do trabalho tem sido a definição de um plano estratégico comum para o que se espera venha a ser o novo polo de aquacultura transfronteiriço na região da Amazônia.

### AMÉRICA CENTRAL

O objetivo deste estudo foi identificar o potencial da melhoria da cooperação transfronteiriça na América Central, no quadro das ações do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) neste domínio.

Começou com uma análise geral do contexto centro-americano, com ênfase nos obstáculos e nas oportunidades para os programas de cooperação sustentável integrada e melhorada. Identificou a necessidade de uma melhor governação a vários níveis, envolvendo instituições locais, nacionais e supranacionais com base numa definição clara de funções, abrindo o processo a outros agentes não políticos, como ONG e o setor empresarial.



O estudo assinalou o contributo positivo das iniciativas existentes, como o PRESANCA (programa regional para a segurança alimentar e nutricional da América Central) e o PRESISIAN (programa regional para os sistemas de informação na segurança alimentar e na nutrição da América Central), identificando a necessidade de um maior envolvimento ao nível local.

O estudo centrou-se mais detalhadamente em três zonas transfronteiriças de exemplo com um grande potencial de cooperação, em que era necessária uma abordagem mais sistematizada da cooperação.

As áreas envolvidas foram:

- O Golfo de Fonseca (Salvador, Honduras-Nicarágua)
- Trifinio (Salvador, Guatemala, Honduras)
- Bacia do Sixaola (Costa Rica, Panamá)

O estudo fez uma avaliação da experiência de cooperação nos três casos selecionados, incluindo os obstáculos encontrados e as experiências recolhidas, e identificando os exemplos de melhores práticas. Foram feitas várias recomendações para cada caso e foi definido um guia submetido à consideração do secretariado da SICA.

## EXPERIÊNCIAS GERAIS

Os estudos e outras ações realizados sobre a cooperação transfronteiriça revelaram várias experiências.

**Em primeiro lugar**, foi identificado o papel da confiança mútua na construção de ligações de cooperação e produção transfronteiriças. Entre outros aspetos, esta pode ser adquirida através da promoção da participação conjunta em formação e da criação de uma visão estratégica conjunta para a zona fronteiriça.

**Em segundo lugar**, o desenvolvimento transfronteiriço bem-sucedido não é um processo de curto prazo e necessita de uma visão de longo prazo e de apoio sustentado. Isto é também importante no caso das estratégias e dos programas apoiados pelas instituições supranacionais, como a Comunidade Andina, o Mercosur e a SICA, bem como a própria UE. A existência de um Fundo de Convergência sob alçada do Mercosur (FOCEM) representa uma oportunidade especial para desenvolver estratégias de longo prazo baseadas numa visão supranacional.

**Em terceiro lugar**, parece haver na América Latina uma ausência de associações transfronteiriças envolvendo autoridades locais e regionais. A melhoria do trabalho em rede e da diplomacia seria útil a esse respeito, de forma a construir plataformas estáveis para a consulta transfronteiriça e o intercâmbio de



informações.

**Em quarto lugar**, conforme ilustrado pela experiência da UE, a capacidade de atribuir fundos numa base plurianual para financiar ou cofinanciar programas e projetos transfronteiriços ajuda ao compromisso permanente em relação ao processo de desenvolvimento.

**Em quinto lugar**, existem vários agentes em todos os níveis envolvidos no desenvolvimento de iniciativas transfronteiriças na América Latina, embora seja necessária uma maior coordenação.

**Em sexto lugar**, é muito importante tirar partido das estruturas de cooperação existentes, e alguns dos programas transfronteiriços mais bem-sucedidos na Europa foram os que possuíam uma tradição pré-estabelecida de ação conjunta.

**Em sétimo lugar**, a gestão da cooperação transfronteiriça é um desafio complexo, tanto na UE como na América Latina. Construir novos modelos de gestão requer a criação de capacidade e de espaço para a participação e o diálogo de todos os agentes relevantes, talvez, em autoridades locais específicas. Requer também o apoio dos governos nacionais que têm de assegurar que essa cooperação é totalmente incorporada ou consolidada nas agendas políticas nacionais.

## 6. OUTROS PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS



### COOPERAÇÃO UE-AM EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Desde 2010 que a DG REGIO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoiam cidades europeias, latino-americanas e caribenhas com vista a um desenvolvimento urbano mais integrado e sustentável (URBELAC), em que o objetivo é apoiar o desenvolvimento urbano sustentável em ambos os lados do Atlântico, estabelecendo redes que permitam que os vários intervenientes públicos com desafios semelhantes

possam partilhar experiências relacionadas com as melhores práticas, bem como as experiências recolhidas relativamente a medidas e políticas urbanas integradas e sustentáveis. Desde a sua criação, 22 cidades dos dois lados do Atlântico aderiram a esta rede.

Ao contrário de outras redes, e em reconhecimento do facto de que as «boas ideias» necessitam de uma «boa promoção» ao serem postas em práticas, uma das características especiais desta rede é que abordou diretamente os políticos, os peritos e os administradores municipais. Centrou-se no desenvolvimento de medidas que pudessem ser aplicadas a curto prazo, tirando partido do interesse e do empenho dos representantes políticos municipais e reconhecendo que o ciclo político é relativamente curto e que as cidades mudam frequentemente de presidente de câmara a cada três ou quatro anos, especialmente na América Latina e nas Caraíbas.

As principais realizações da URBELAC incluem: análise, avaliação de desempenho e identificação de estratégias e soluções de melhores práticas concretas implementadas por outras cidades; disponibilização de ferramentas e conhecimentos úteis para identificar medidas com abordagens integradas ao desenvolvimento; e acesso a programas de cooperação internacional, como a Iniciativa para Cidades Emergentes e Sustentáveis do BID. Para aceder a estes benefícios, as cidades envolvidas na rede foram organizadas segundo as funções de «beneficiárias» e «tutoras». As cidades beneficiárias foram as que procuraram informações e melhores práticas relativamente a assuntos específicos. As cidades tutoras forneceram essas informações. A rede URBELAC tornou-se um verdadeiro intercâmbio bilateral, e na sua segunda edição, o URBELAC II, as funções tornaram-se mais permutáveis entre as cidades de cada lado. À luz desta experiência, está em preparação para 2015-2016 a terceira edição, o URBELAC III.

### COLABORAÇÃO COM O PROGRAMA REGIONAL PARA A COESÃO SOCIAL (EUROSOCIAL)

Este importante programa de cooperação de longo prazo entre a Europa e a América Latina dá prioridade ao apoio à Política Pública de Desenvolvimento Regional. A UE presta o seu apoio através da organização e da participação em workshops e em seminários e do acolhimento de autoridades nacionais e regionais da América Latina. Apoiar ainda o trabalho da Rede Latino-americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional mencionada acima.

No passado recente, foram instituídos dois novos diálogos: em primeiro lugar, com o México (outubro de 2014), país onde a nova administração deu uma elevada prioridade política ao es-



tabelecimento de uma política de desenvolvimento regional ao nível federal, e, em segundo lugar (janeiro de 2015), com a organização supranacional de 8 países da América Central, a «SICA» (o Sistema de Integração Centro-Americana).

A trabalhar em conjunto com a SICA, que tem desde 2013 um Acordo de Associação abrangente com a União Europeia, o objetivo da UE é partilhar informações sobre boas práticas numa cooperação transfronteiriça. Foi já elaborado um estudo inicial, acima descrito.



*«O México, que atualmente Preside a Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional, é um país em transformação e, no decurso deste processo, tem de lidar com grandes desigualdades regionais. Consciente da importância de aprender com outras experiências que ajudam a enriquecer a sua Política Nacional e os Programas para o Desenvolvimento Regional, o México assinou uma carta de intenções com a União Europeia em 2014 através da qual procura fortalecer o diálogo no âmbito da integração e política regional. Colmatar as falhas da desigualdade é um desafio global que exige forças a nível local; a partilha de experiências é fundamental para atingir este objetivo no mínimo período de tempo possível.»*

**Jesús Murillo Karam,**

*Ministro, Secretariado para o Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano (SEDATU)*

#### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index.cfm/en/policy/cooperation/international/latin-america/](http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/en/policy/cooperation/international/latin-america/)



EUROPA, AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS: a partilharem experiências no âmbito das políticas de desenvolvimento regional

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

2015 — 24 pp. — 21 × 29.7 cm

## COMO OBTER PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

### Publicações gratuitas:

- um exemplar:  
via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);
- mais do que um exemplar/cartazes/mapas:  
nas representações da União Europeia ([http://ec.europa.eu/represent\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/represent_pt.htm)),  
nas delegações em países fora da UE ([http://eeas.europa.eu/delegations/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/index_pt.htm)),  
contactando a rede Europe Direct ([http://europa.eu/europedirect/index\\_pt.htm](http://europa.eu/europedirect/index_pt.htm))  
ou pelo telefone 00 800 6 7 8 9 10 11 (gratuito em toda a UE) (\*).

(\* ) As informações prestadas são gratuitas, tal como a maior parte das chamadas, embora alguns operadores, cabines telefónicas ou hotéis as possam cobrar.

### Publicações pagas:

- via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>).

